

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.311 - CE (2019/0287483-6)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**RECORRENTE** : J H DE P (PRESO)  
**ADVOGADOS** : LEANDRO DUARTE VASQUES - CE010698  
FRANCISCO MIRANDA PINHEIRO NETO - CE018701  
AFONSO ROBERTO MENDES BELARMINO - CE025465  
SELEDON DANTAS DE OLIVEIRA JUNIOR - CE025614  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por J H DE P contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no julgamento do HC n. 0627961-58.2019.8.06.0000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente desde 22/07/2019, por ter, supostamente, cometido o delito previsto no art. 215 do Código Penal.

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar a manutenção da segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não há contemporaneidade entre os fatos imputados ao recorrente e a decretação da prisão.

Defende que a liberdade do recorrente não representa riscos à instrução processual, porquanto jamais obstaculizou a colheita de provas, tendo, inclusive, apresentado-se espontaneamente perante a autoridade policial, ao ter conhecimento da ordem de prisão expedida.

Apona que o temor das testemunhas, dissociado de qualquer situação concreta, não teria o condão de referendar a custódia preventiva do recorrente.

Sustenta a impossibilidade de reiteração delitiva, haja vista estar afastado da função de prefeito do município de Uruburetama/CE e interditado cautelarmente do exercício da medicina, pelo Conselho Regional.

Entende que poderiam ser aplicadas medidas alternativas à prisão, suficientes ao resguardo da ordem, nos termos do art. 319 do CPP.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, das condutas imputadas a J H DE P, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 180-181):

# *Superior Tribunal de Justiça*

[...]

*Por mais que o paciente afirme que mantinha ou manteve relacionamento extraconjugal com as mulheres que "eram examinadas de forma anormal", as circunstâncias dos fatos e os depoimentos das próprias mulheres envolvidas revelam, desde logo, que tal evasiva afigura-se insólita.*

*Como visto, o próprio paciente, de forma espontânea, declarou que seu comportamento sexual anômalo é uma perversão, uma compulsão, ou seja, um padrão pessoal de procedimento determinado por impulsos lascivos que ele mesmo não consegue controlar, condição esta que, aliada à posição de homem de grande poder e influência política na localidade onde ocorreram os fatos, demonstra o quão temerária é a soltura do paciente em razão do risco de reiteração dos fatos apontados como delituosos pela acusação, considerando a realidade da grande maioria das mulheres ali residentes, potenciais vítimas do paciente, dado que o acesso à informação nos rincões interioranos ainda é deveras insuficiente, sendo certo que, para muitas de tais mulheres, as acusações que pesam sobre o paciente continuarão ainda incógnitas.*

*À luz da reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "a periculosidade do agente, evidenciada no modus operandi do delito, é fundamento idôneo para justificar a prisão preventiva, tendo como escopo o resguardo da ordem pública, como ocorreu na espécie". (RHC 93.333/SP, Rei. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018).*

*Isto posto, pelas razões ora consignadas, divergindo, com todas as vênias, do preclaro Desembargador Relator, hei por bem conhecer parcialmente do presente pedido de Habeas Corpus, porém para denegar a ordem.*

[...]

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal. Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator